

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS - INEST
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A IMPORTÂNCIA DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS COMO INSTRUMENTO DE DISSUAÇÃO E DE PROJEÇÃO DE PODER ANTE ÀS “NOVAS AMEAÇAS” NA REGIÃO AMAZÔNICA. INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E O CASO COLOMBIANO.

JULIO MARCOS CORDEIRO

Niterói

Outubro de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS - INEST
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A IMPORTÂNCIA DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS COMO INSTRUMENTO DE DISSUAÇÃO E DE PROJEÇÃO DE PODER ANTE ÀS “NOVAS AMEAÇAS” NA REGIÃO AMAZÔNICA. INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E O CASO COLOMBIANO.

Autor: Julio Marcos Cordeiro

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
do título de Especialista em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Drº. Edson Medeiros
Branco Luiz

Niterói

Outubro de 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS



Ficha de Avaliação de Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-graduação em
Relações Internacionais

Título do Trabalho: A IMPORTÂNCIA DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS COMO INSTRUMENTO DE DISSUAÇÃO E DE PROJEÇÃO DE PODER ANTE ÀS “NOVAS AMEAÇAS” NA REGIÃO AMAZÔNICA. INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E O CASO COLOMBIANO.

Aluno: Julio Marcos Cordeiro

Semestre Letivo: 2º/ 2019

Avaliadores:

Prof. Drº. Edson Medeiros Branco Luiz – Orientador
Departamento de Estudos Estratégicos
e Relações Internacionais

Prof. Drª. Érika Kubik da Costa Pinto – Leitor
Departamento de Estudos Estratégicos
e Relações Internacionais

Notas dos Avaliadores	
Avaliador 01	
Avaliador 02	
Nota Final	

A minha família, razão de minha existência.
A Deus.

Agradeço a meu orientador pela paciência e ensinamentos.

*“Feliz aquele que transfere o que sabe e
aprende o que ensina.”*

Cora Coralina

RESUMO

A IMPORTÂNCIA DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS COMO INSTRUMENTO DE DISSUAÇÃO E DE PROJEÇÃO DE PODER ANTE ÀS “NOVAS AMEAÇAS” NA REGIÃO AMAZÔNICA. INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E O CASO COLOMBIANO.

Este trabalho tem por objetivo expandir a visibilidade do Corpo de Fuzileiros Navais perante à sociedade civil e acadêmica e destacar sua importância na Amazônia. Esclarecer quais são as características e as capacidades dessa parcela de tropa que a torna imprescindível para o aumento do Poder Naval e como sua atuação contribui com a estratégia da dissuasão e de projeção de poder no ambiente amazônico. Por se assemelhar em doutrina e desenvolver suas ações em um ambiente operacional muito próximo ao nosso e ainda por constituir uma das mais proeminentes de todas as forças ribeirinhas, serão abordadas algumas características dos Infantes de Marina da Armada Nacional da Colômbia bem como seu projeto de desenvolvimento adquirido por meio do Plano Colômbia. Além disso, é apresentado um panorama da geopolítica da região e como novas ameaças, projetos de internacionalização da Amazônia e a presença americana podem mudar a concepção das ações desencadeadas nessa área. O Corpo de Fuzileiros Navais já possui as características necessárias para ser empregado como instrumento agregador do Poder Naval, no entanto, é necessário maior celeridade quanto a sua reestruturação por meio de um programa de aquisição de meios os quais permitirão que todas as características e capacidades sejam perfeitamente desenvolvidas e efetivas. Dessa forma, espera-se que o tema em questão possa suscitar o debate por parte dos leitores e levá-los a um entendimento mais amplo do que é e o que, realmente, se propõe a fazer o Corpo de Fuzileiros Navais.

Palavras-Chaves: Fuzileiros Navais; Amazônia; Dissuasão; Projeção de Poder; Colômbia.

Niterói

Outubro de 2019

ABSTRACT

THE IMPORTANCE OF THE MARINE CORPS AS A TOOL FOR DETERRING AND PROJECTING POWER IN THE FACE OF "NEW THREATS" IN THE AMAZON REGION. INTERNATIONALIZATION OF THE AMAZON AND THE COLOMBIAN CASE.

This paper aims to expand the visibility of the Marine Corps before civil and academic society and highlight its importance in the Amazon. Clarify what are the characteristics and capabilities of this troop that makes it essential for the increase of naval power and how its performance contributes to the strategy of deterrence and power projection in the Amazonian environment. By resembling doctrine and developing their actions in an operational environment very close to ours and yet constituting one of the most prominent of all riparian forces, some characteristics of the Colombian National Navy Marina Infants and their development project will be addressed acquired through the Colombia Plan. In addition, an overview of the geopolitics of the region is presented and how new threats, projects of internationalization of the Amazon and the American presence can change the conception of actions triggered in this area. The Marine Corps already has the characteristics needed to be used as an aggregating instrument of the Naval Power, however, it is necessary to speed up its restructuring through a means acquisition program which will allow all characteristics and capabilities to be perfectly developed and effective. Thus, it is hoped that the subject in question can arouse the debate on the part of readers and lead them to a broader understanding of what it is and what it really proposes to do the Marine Corps.

Keywords: Marines; Amazon; Dissuasion; Power projection; Colombia.

Niterói

Outubro de 2019

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Travessia dos meios de fuzileiros navais na Região de Santarém, PA ...	10
Figura 2. Desembarque Ribeirinho, realizado na área do Comando do 9º Distrito Naval com apoio de Fogo Aéreo de aeronaves UH-12.	13
Figura 3. Ações dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais na Região de Santarém, PA.....	14
Figura 4. Militares do 2ºBtlOpRib durante o ensaio para o desembarque tático.....	19
Figura 5. Rios da Amazônia.	23
Figura 6. Rios da Amazônia	23
Figura 7. Rios da Amazônia.	24
Figura 8. O Navio-Patrolha Amapá em atividade nos rios da Amazônia	27
Figura 9. Área de alcance do Programa Calha Norte (PCN)	29
Figura10. Tipologia das interações fronteiriças: Arco Norte	31
Figura 11. 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas testando a nova lancha rápida de patrulha no Rio Negro	34
Figura 12 e 13. Nodrizia, Classe Londono PAF III.....	36
Figura 14. Canhoneiro Fluvial.....	38
Figura 15. Patrulheira Fluvial Pesada.....	38
Figura 16. Patrulheira Rápida Fluvial.	38
Figura 17. Transporte Blindado de Tropa.....	38

LISTA DE SIGLAS

ARib	Área Ribeirinha
BCR	Base do Combate Ribeirinha
BtlOpRib	Batalhão de Operações Ribeirinhas
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
ComOpNav	Comando de Operações Navais
EB	Exército Brasileiro
END	Estratégia Nacional de Defesa
ETT	Embarcação de Transporte de Tropa
FN	Fuzileiros Navais
ForTarAnf	Força Tarefa Anfíbia
ForTaRib	Força Tarefa Ribeirinha
GptOpFuzNav	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
LAR	Lancha de Ação Rápida
MB	Marinha do Brasil
OpRib	Operações Ribeirinhas
PCN	Programa Calha Norte
PDN	Política de Defesa Nacional
PelOpEsp	Pelotão Operações Especiais

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	6
2.1 Objetivo Geral	
2.2 Objetivos Específicos	
3. JUSTIFICATIVA	7
4. METODOLOGIA	7
4.1 Procedimentos Metodológicos	
5. DESENVOLVIMENTO.....	8
5.1 Capítulo I - O CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS.....	8
5.1.1 Histórico Geral/ Amazônia	
5.1.2 Características	
5.1.3 Capacidades	
5.1.4 Reestruturação	
5.2 Capítulo II - REGIÃO AMAZÔNICA.....	22
5.2.1 Características do Ambiente Ribeirinho	
5.2.2 Geopolítica da Região	
5.2.3 Programa Calha Norte	
5.2.4 Preocupação além das Fronteiras?	
5.3 Capítulo III - “NOVAS AMEAÇAS” E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA	32
5.4 Capítulo IV - PLANO COLOMBIA, <i>INFANTERÍA DE MARINA</i> <i>DEL COLOMBIA</i>	35
5.4.1 Composição da Força Colombiana	
6. CONCLUSÃO	39
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

O que justifica a existência do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e o diferencia das demais Forças é a capacidade de projetar poder naval sobre terra. A Marinha do Brasil (MB) tem expandido seu espectro de atuação e projeção por meio das ações desempenhadas por esta parcela de tropa a qual contribui sobremaneira com a capacidade anfíbia do Poder Naval. A Estratégia Nacional de Defesa (END)¹, assim se refere ao CFN:

Para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha possuirá ainda meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego. A existência de tais meios é também essencial para a defesa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e ilhas oceânicas nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, para atuar em operações de paz, em operações humanitárias, em qualquer lugar do mundo. Nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as operações ribeirinhas². O Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência. (DEFESA, 2008).

As operações anfíbias³, e aqui no caso ribeirinhas, são a sua finalidade precípua. Nestas operações, busca-se o deslocamento de tropas por meios navais para

¹ É um documento do governo federal que estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas, de modo a garantir a segurança do país tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise. Também foi desenvolvida para atender às necessidades de equipamento dos Comandos Militares, reorganizando a indústria de defesa para que as tecnologias mais avançadas estejam sob domínio nacional. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>

² São operações realizadas com o propósito de obter e manter o controle de parte ou de toda uma Área Ribeirinha (ARib), ou para negá-la ao inimigo. A ARib é uma área que compreende a hidrovía fluvial ou lacustre e o terreno marginal adjacente, sendo caracterizada por linhas de comunicações terrestres limitadas e pela existência de extensa superfície hídrica e rede de hidrovias interiores - rios principais e seus afluentes, braços de rios, canais, lagos e lagoas - que servem como delimitação de fronteira, via de penetração estratégica ou rotas essenciais ou principais para o transporte de superfície. (ComOpNav-543, 2005).

³ São operações de Guerra Naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre um litoral hostil ou potencialmente hostil. É conhecida como a mais complexa das operações militares devido à diversidade de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, podendo incluir ainda meios das outras Forças Singulares, o que requer grande coordenação e sincronização das ações para a sua execução. (CGCFN-1-1, 2008).

posterior desembarque de tropas em terra, além de assegurar o domínio e o controle do canal principal bem como da área ribeirinha adjacente negando-a ao inimigo.

Atualmente, o CFN pertence à MB e é parte integrante de seu poder de combate. O Almirante de Esquadra Fuzileiro Naval Álvaro Dias Augusto Monteiro, Comandante Geral do CFN de 2006 à 2010 pontua:

Apartados da Marinha perderíamos a razão de existir; sem a capacidade anfíbia provida pelos Fuzileiros Navais, a importância estratégica do Poder Naval brasileiro estaria significativamente diminuída. (O ANFÍBIO, 2012).

Pode-se verificar aqui quão importante são os laços que unem os Fuzileiros Navais à MB os quais estão indissociavelmente atados. Segundo Silveira, quando se pensa nas atividades da MB, focaliza-se quase sempre alguma atividade relacionado ao mar. Entretanto, é importante lembrar que a sua missão constitucional e responsabilidade político-estratégica está relacionada à defesa das águas jurisdicionais brasileiras, o que inclui o ambiente lacustre e ribeirinho. Com as mudanças da orientação da prioridade de defesa para a Amazônia e a eclosão de novos conflitos e ameaças, as regiões Norte e Centro-Oeste tiveram maior peso no planejamento da defesa nacional, o que coloca a MB numa situação de maior incremento de sua presença amazônica, no litoral e nas bacias hidrográficas desta área, tal qual está preconizada na Política de Defesa Nacional (PDN) de 2005 e na Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008. Dentre as diretrizes voltadas especialmente para a defesa da região amazônica e direcionadas quase que exclusivamente para a MB constata-se atenção especial para o CFN, demonstrando a grande responsabilidade que lhe foi confiada. Mesmo assim, muitos podem se perguntar qual o real significado de ter tropa de Fuzileiros Navais na Amazônia se já contamos com o Exército Brasileiro com seus Batalhões de Selva na área, inclusive nas regiões de fronteira? Essa é uma das indagações que procura-se responder no decorrer deste trabalho e demonstrar que, embora tenhamos tropas do EB na Amazônia e apesar das muitas semelhanças, inclusive no uniforme camuflado há peculiaridades que distinguem bem e que confirmam as atividades diferentes que a tropa do CFN está apta a desenvolver. Ainda há que ressaltar que no decorrer de sua história, os Fuzileiros Navais consolidaram sua vocação anfíbia e de defesa de instalações que, hoje, condiciona seu perfil operacional

e enfoca ainda, que para assegurar a defesa de nossos interesses, no interior da Amazônia, não somente a Marinha do Brasil como também o próprio país precisa dispor de uma Força Naval capaz de operar tanto nas águas marítimas como nas águas fluviais, projetando-se sobre as calhas e margens dos rios que compõem, considerando os guerreiros anfíbios como instrumento imprescindível para a defesa da Amazônia Legal⁴. Por isso que o CFN, nas próximas décadas, deverá intensificar sua presença na região e condicionar seu emprego às demandas apontadas particularmente pela END o que vem contribuir ainda, de uma forma mais ampla, com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento. A passagem a seguir reflete bem esta acertiva:

Estratégia Nacional de Defesa é inseparável de Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação.

Defendido, o Brasil terá como dizer não quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento. (END, 2008, p, 42).

A Amazônia brasileira ocupa uma área correspondente a mais da metade do território nacional. Uma região que concentra enormes riquezas naturais que juntamente com seu potencial econômico são motivos de cobiça internacional. Essa região é conhecida como um imenso vazio demográfico dadas as inóspitas condições impostas pela sua vegetação e pela sua grandeza, fazendo com que a população se concentre nas capitais e nas margens dos grandes rios, o que deixa vulnerável uma fronteira de cerca de 11.000 km. As concentrações populacionais são de extrema importância estratégica para o país as quais podemos considerá-las acidentes capitais⁵ relevantes, pois nelas são encontrados recursos e instalações de grande importância para as operações militares. O domínio destas regiões habitadas pode trazer vantagens

⁴ É uma área de 5.217.423 km², que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal mato-grossense, esta região engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão. <http://www.funasa.gov.br/site/>

⁵ São qualquer parte importante no terreno cuja posse, conquista, manutenção ou controle, assegure uma vantagem marcante a qualquer um dos contendores. (CGCFN 1-1, 2008).

para quem o detém. Nessa região não há estradas secas, ou seja, os caminhos são feitos pelos rios que na maioria dos casos são os únicos acessos pela floresta. Paralelamente a isto, o transporte fluvial se destaca sobre os demais modais, entretanto depara-se com uma fraca infraestrutura portuária e pela sujeição ao regime das águas. Na Amazônia são mais de 25.000 km de águas navegáveis da Bacia Amazônica que é a maior do mundo a qual exige das tropas presentes nesta região, especialização e constante adestramento em operações ribeirinhas. Os Batalhões de Infantaria de Selva (BIS), do Exército Brasileiro, e os Batalhões de Operações Ribeirinhas (BtlOpRib), do CFN da Marinha do Brasil, foco deste trabalho, são as tropas mais bem preparadas e aptas a executarem operações militares na Região Amazônica. (SILVA, 2008, p. 01).

Não é de hoje que se observam movimentações estranhas, principalmente, internacionais, no interior da Amazônia. Chefes de Estado e ministros como o Ex Vice Presidente americano Al Gore⁶ e o Ex Premier russo Gorbachev⁷ já afirmaram em seus discursos que o Brasil não teria soberania sobre a Amazônia e que tal região pertenceria ao “mundo”. (VIDIGAL, 2008, p. 02). Segundo o almirante Vidigal, imensos desafios se apresentam para a defesa da Amazônia. Sabe-se que suas vulnerabilidades são grandes e que além da imensidão dos espaços e da baixa densidade populacional, a região sofre a ação indiscriminada de madeireiros e de garimpeiros ilegais, de narcotraficantes e de praticantes de todos os tipos de ilícitos. Há ainda a presença de centenas de ONGs as quais não há clara intenção bem como a de muitas instituições religiosas.

Desde a década de 80 há um incremento da presença das FFAA na Amazônia embora registra-se que, o CFN está instalado na região desde a 1932 na cidade de Belém no Pará e desde 1985 na cidade de Manaus no Amazonas. Tropas que estão em constante adestramento que as torna cada vez mais bem preparadas para atuar na região o que leva a contribuir para uma das maiores formas de defesa baseada na intimidação a qual foi consolidada na Guerra Fria, ou seja, a dissuasão. O aumento no

⁶ O Ex Vice Presidente americano nunca escondeu seu ponto de vista “ao contrário do que os brasileiros pensam a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. (VIDIGAL, 2008, p. 02).

⁷ O Ex premier da URSS declarou que “o Brasil deveria delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia para organismos internacionais competentes”. (VIDIGAL, 2008, p. 02).

número de bases de fuzileiros navais, em pontos estratégicos como Tabatinga no Amazonas e na foz do Rio Amazonas no Maranhão, garantiriam maior controle e visibilidade ao Brasil o que, certamente, contribuiria com o aumento da estratégia de dissuasão na região. A passagem a seguir esclarece ainda mais esta questão:

A dissuasão baseia-se num jogo de ameaças e de sinais, quanto mais terrível for a ameaça menos credível se poderá tornar e, em contrapartida, quanto menos terrível for a ameaça mais a guerra se torna racionalizável e, portanto, mais possível. (COUTO, 2005, p. 11).

A END preconiza que, o CFN consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência. Está previsto também a criação da Segunda Esquadra no Norte do país, a qual ficará localizada na foz do Rio Amazonas, com sede no estado do Maranhão e, conseqüentemente, ao instalar uma segunda Divisão Anfíbia⁸, ou seja, Organizações Militares com tropas de Fuzileiros Navais, terá um incremento na presença da MB na região o que contribuirá sobremaneira com a projeção de poder atingindo assim maior prospecção tanto interna quanto externamente.

A projeção de poder sobre terra dá-se quando uma força vinda do mar ou do meio lacustre tem a capacidade de controlar não só as praias do litoral como também as margens dos rios. Quando consegue também desembarcar meios para posterior ação em terra. A essa ação denomina-se Operação Anfíbia/Operação Ribeirinha a qual se constitui em uma das mais complexas operações militares. Segundo o Almirante Monteiro, em seu artigo A Nova Singradura, o CFN destina-se, prioritariamente, a projetar poder por meio das operações anfíbias e a defender navios, instalações navais e portuárias, arquipélagos e ilhas oceânicas, ou seja, essa é a razão de ser dos fuzileiros navais a verdadeira vocação da sua existência. Ao apresentar aqui o CFN como instrumento de dissuasão e de projeção de poder na Amazônia, defende-se o emprego de tropas profissionais destinadas e capacitadas para operar nesta região. No

⁸ Componente básico da Força de Fuzileiros da Esquadra, é uma Grande Unidade de combate de armas combinadas, sob o comando de Oficial-Geral do CFN, para emprego em Operações Anfíbias e Terrestres, podendo prover núcleos de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais como exigido pela missão que lhe for atribuída. A Divisão Anfíbia está estruturada para executar Operações Anfíbias (OpAnf) e Operações Terrestres limitadas, necessárias à realização de uma campanha naval. <https://www.camara.leg.br>

entanto, como projetar poder sem aumento significativo de pessoal e equipamentos necessários para operar em determinada região? Apresentaremos mais à frente algumas medidas tomadas pelo governo Colombiano quanto suas ações na Amazônia colombiana desenvolvidas pela Armada Nacional da Colômbia (ARC) e pelos Infantes de Marina, que hoje, provavelmente, constitui uma das mais bem aparelhadas, adestradas e experiente de todas as forças ribeirinhas. Veremos que seu desenvolvimento, seus efetivo e equipamentos foram e são fundamentais para a estratégia da dissuasão o que tem levado a um maior controle do Estado no combate aos perigos da região.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Esclarecer o porquê da importância do emprego do CFN como instrumento eficaz na estratégia da dissuasão e de projeção de poder na região amazônica.

2.2. Objetivos Específicos

- a) Expandir a visibilidade do CFN perante à sociedade civil e acadêmica com enfoque nas atividades desenvolvidas na Amazônia;
- b) Descrever quais são as características e as capacidades dos Fuzileiros Navais;
- c) Mostrar o porquê de ser imprescindível como instrumento de dissuasão e de projeção de poder no ambiente amazônico;
- d) Descrever as características dos Infantes de Marina da Armada Nacional da Colômbia e seu projeto de desenvolvimento adquirido por meio do Plano Colômbia;
- e) Discorrer sobre a geopolítica da região e projetos de internacionalização da Amazônia.

3. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho justifica-se pelas necessidades de se destacar conceitos, capacidades e procedimentos adotados pelo Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, visando facilitar o entendimento sobre o que realmente faz e se propõe a fazer, bem como esclarecer ao leitor quais as missões desempenhadas por essa parcela de tropa presente também na Amazônia no contexto das operações ribeirinhas. Pretende-se com este trabalho fornecer uma visão geral sobre o CFN e o porquê de sua importância dos Batalhões de Operações Ribeirinhas que operam nessa região por meio, de modo a ampliar o cabedal de conhecimento e a visão crítica do leitor sobre o emprego e capacidade destas Organizações Militares.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa será conduzida da seguinte forma: inicialmente, serão apresentados aspectos históricos e doutrinários sobre a forma de emprego do CFN por meio dos BtlOpRib em Operações Ribeirinhas na região amazônica, contidos em manuais e publicações internas e externas a MB e obtidos por meio da revisão da literatura. Por fim serão elencadas algumas características dos Infantes de Marina da Armada da Colômbia e alguns aspectos geopolíticos da região inclusive projetos relativos a internacionalização da Amazônia. Durante a revisão da literatura, foi de fundamental importância a leitura dos manuais e periódicos militares que orientam a doutrina e o emprego desta Organização Militar da Marinha do Brasil, como o CGCFN-1-2 OPERAÇÕES RIBEIRINHAS e o ComOpNav-543 MANUAL DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS, além de trabalhos acadêmicos referentes aos temas apresentados no texto, bem como documentos e diretrizes do Ministério da Defesa, que orientam o emprego das Forças Armadas de forma geral em nosso país, como a própria Estratégia Nacional de Defesa.

4.1. Procedimentos Metodológicos

Foram utilizados para busca, bibliografias nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, nas bases de dados de sites oficiais, universidades e instituições militares.

5. DESENVOLVIMENTO

5.1 CAPÍTULO I - O CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

5.1.1 Histórico – Geral/Amazônia

O Corpo de Fuzileiros Navais tem sua origem na Brigada Real da Marinha de Portugal que no ano de 1808 deslocou-se, juntamente com a família real portuguesa, para o Brasil a qual teve que fugir motivada pelos ideais revolucionários de Napoleão Bonaparte que ameaçava invadir Portugal. Este fato tornou-se inédito, pois não se tinha ouvido falar de outra corte que havia se deslocado inteiramente para a colônia. O marco zero da história do Corpo de Fuzileiros Navais é marcado com a chegada ao Rio de Janeiro, no dia 07 de março de 1808 com a Brigada Real que nunca mais voltou à Portugal. Ainda no ano de 1808 os Fuzileiros-Marinheiros, como eram chamados, participaram da expedição à Caiena capital da Guiana Francesa. Após as tropas francesas terem invadido Portugal D. João determinou a invasão de Caiena, sede da administração francesa na Guiana ato este que constitui a primeira missão de combate ordenada em represália à invasão de Portugal. Essa missão foi o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais. A campanha de Caiena evidenciou que os componentes da Brigada possuíam um diferencial: a vocação anfíbia. Eram destemidos combatentes de mar e de terra. Nos dias de hoje o CFN é uma parcela da Marinha do Brasil (MB) que tem a missão de operar nos três ambientes – mar, terra e ar, estando a sua trajetória inserida na história do Brasil desde 1808. (BIELINSKI, 2008, p.15).

Na região amazônica o CFN faz-se presente, de uma forma mais efetiva desde as primeiras décadas do séc. XX, todavia, a Força Anfíbia teve o seu batismo de fogo na Amazônia durante a Campanha da Guiana Francesa, entre 1808 a 1809, a qual contou com o emprego da Brigada Real da Marinha. Esta atitude ousada garantiu, mais tarde, ao Brasil, o atual Estado do Amapá. Nota-se que, desde aquela época, observou-se a necessidade de uma Força Naval possuir tropas profissionais embarcadas em navios prontas para projetar o seu poder sobre terra, de forma a assegurar aí seus objetivos. A partir de 1932, os Comandos da Marinha do Brasil (MB) e do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) observaram a necessidade de desdobramento de tropas de Fuzileiros Navais (FN) fora da sede do Rio de Janeiro, com tarefas de prover segurança à bases navais. Nesse sentido, foram criadas as Companhias Regionais de Belém e

Ladário, em 1932, sendo um marco para nossa tropa anfíbia na Amazônia e no Pantanal, respectivamente. A partir da década de 1970, o emprego de tropas de FN na Amazônia foi priorizado em ações contraguerrilha e em Operações Ribeirinhas (OpRib), contando com participação também de unidades de FN da sede do Rio de Janeiro. Foi mantida uma das vocações do CFN, que é prover a segurança de instalações de interesse da Marinha. Ainda na década de 1970, com a inexistência de ações contraguerrilha, a MB alterou o emprego de seus FN na região, priorizando-os a executar tarefas voltadas para as OpRib e segurança de instalações de seu interesse, mantendo-as até hoje. Nesse contexto, o Comando-Geral do CFN (CGCFN) viu a necessidade de ampliar a presença de tropas de FN na Amazônia, em particular na sua porção ocidental, propondo a criação de uma unidade de FN em Manaus, uma vez que já existia o Grupamento de Fuzileiros Navais de Belém (GptFNBe). Assim, foi criado o Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus (GptFNMa), em 4 de novembro de 1985. Desde então, tem participado intensamente das operações empreendidas pelos Comandos do 4º e 9º DN. Hoje, seguindo a nova orientação de reestruturação das FFAA, o CFN conta com dois Batalhões de Operações Ribeirinhas⁹ (BtlOpRib) na região Norte, nas cidades ora mencionadas o que vem ampliar de forma substancial sua presença nessa região. Com o Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha (PAEMB)¹⁰, está previsto a criação de unidades operacionais, distribuição espacial de efetivos e a quantificação de meios necessários para atender com capacidade plena o cumprimento de suas tarefas básicas e subsidiárias. Conforme Pimentel, diante de tudo que foi orçado no PAEMB, a mais importante ação planejada, que favorece a defesa da região norte, será a criação da Segunda Esquadra, a qual comportará outra Força de Fuzileiros da Esquadra. Essa esquadra será a maior garantia dissuasória às portas do Amazonas, que se completará, no cumprimento de suas tarefas com a Flotilha do Amazonas. (PIMENTEL, 2012, p. 07).

⁹ São unidades de fuzileiros navais que tem a seguinte missão: realizar Operações Ribeirinhas, prover guarda e proteção às instalações navais e civis de interesse da MB na região, realizar ações de Segurança Interna e formar Reservistas Navais, a fim de contribuir para a segurança das áreas sob jurisdição dos 4º e 9º Distritos Navais e para a garantia do uso dos rios Solimões, Amazonas e das hidrovias secundária atingíveis a partir da calha principal desses rios. (CGCFN 1-1, 2008).

¹⁰ Documento proposto pela Marinha do Brasil, alinhado a END que visa apresentar a nova formatação do Poder Naval, no qual prevê investimentos para a reestruturação da força na moldura temporal de 2010-30. <https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos>

Abaixo, pode-se observar Tropas de FN em adestramento na região de Santarém no estado do Pará. A sincronia prevista pelo trinômio Navio - Fuzileiro - Helicóptero é perfeitamente demonstrada na figura.



Figura 1: Travessia dos meios de fuzileiros navais na Região de Santarém, PA.
Fonte: âncoras e fuzis, 2012

Atualmente, a atuação do CFN na região amazônica caracteriza-se, principalmente, em realizar Operações Ribeirinhas. Estas operações são por necessidade dependentes de integração entre tropa de fuzileiros, navios e helicópteros e estão confinadas basicamente ao território nacional. Pimentel pontua que há uma série de restrições para se operar na região dadas as vias fluviais. Dentro das bacias hidrográficas a profundidade dos rios restringe a mobilidade estratégica da força. Se, na Amazônia compararmos toda a extensão dos rios que não podemos navegar devido às restrições de calado, com aquela dos rios que navegamos com segurança, veremos que, operacionalmente, apenas “arranhamos” a região Amazônica. Estamos ligados a “trilhos” nas calhas do Juruá, Japurá, Purus, Madeira (até Porto Velho), Içá, Negro (até São Gabriel da Cachoeira), Amazonas e Solimões, que restringem ainda mais as possíveis áreas de atuação, isso sem contar as enormes variações dos regimes de cada rio. Sendo assim, tendo em vista a enormidade das bacias consideradas e nossas

atuais restrições de calado, pode-se dizer que também carecemos de mobilidade tática, por não podermos atuar de forma doutrinária em qualquer parte daquelas regiões. As OpRib são, então, um caso especialíssimo para a MB, que é uma Força expedicionária por excelência e que tem a capacidade de ocupar, antecipadamente, o provável Teatro de Operações (TO) ¹¹ muito antes de qualquer conflito, da mesma forma como a Força Terrestre se distribui pelo território nacional, ocupando desde já os principais pontos de defesa. (PIMENTEL, 2012, p. 08).

Dentro do escopo apresentado elencaremos algumas das tarefas realizadas pelo CFN, por intermédio das tropas lotadas nos Batalhões de Operações Ribeirinhas, nas OpRib as quais demonstram o quão importante é, para o desenvolvimento dessas operações, a sua presença nessa região. Segundo o manual de Operações Ribeirinhas as tarefas podem ser:

a) **Proteção do movimento da ForTaRib¹²**: esta operação engloba todas as ações de segurança aproximada para o movimento da ForTaRib, desde a partida na Área de Embarque até o início do cumprimento da missão. O BtlOpRib, por suas características, é capaz de oferecer à ForTaRib proteção contra minas e outros obstáculos, mergulhadores inimigos e ataque aéreo ou ainda quando a ameaça possa partir das margens.

b) **Compor o Escalão Avançado (EA)**: o EA atua à frente da ForTaRib como elemento de reconhecimento e segurança. Nessa situação, o BtlOpRib pode destacar uma tropa do valor de um Grupo de Combate à um Pelotão para compor tal escalão, competindo-lhe: reconhecer pontos críticos cuja passagem seja obrigatória, ocupar previamente margens que ofereçam proteção ao deslocamento, engajar posições inimigas ou interceptar embarcações suspeitas.

¹¹ Termo que fora definido nos manuais americanos como as zonas terrestres e marítimas a serem invadidas ou defendidas, incluindo as áreas necessárias para as atividades administrativas das operações militares. (COSTA, 2014, p.04).

¹² É uma Força que tem uma organização temporária, a cujo Comandante são atribuídos meios navais, terrestres e aéreos, estruturados em organização por tarefas, para a execução de uma missão específica em uma ARib. (ComOpNav-543, 2005).

c) **Defesa de Base de Combate Ribeirinha**¹³ (BCR): O BtlOpRib tem condições de proporcionar a segurança de uma BCR, empregando para isto normalmente o valor de uma companhia. Para atender à esta demanda, podem ser executadas tanto as medidas ativas quanto passivas.

d) **Desembarque Ribeirinho**: trata-se da projeção de poder desencadeada pela tropa nas margens dos rios. Além de integrar os elementos que realizarão o Assalto Ribeirinho propriamente dito, o BtlOpRib tem condições de apoiá-lo com fogos de morteiro 60mm orgânico de suas frações. Pode também desenvolver ações de bloqueio e interdição, tanto terrestres quanto naval, em áreas específicas, a fim de prover maior liberdade de manobra à tropa que realiza a manobra.

e) **Ações específicas de reconhecimento**: tem a finalidade de obter informações sobre a área de operações e sobre o inimigo, sem se engajar decisivamente.

f) **Ações de patrulha**: podem realizar patrulha de combate com finalidades específicas, de curto ou longo alcance, empregando para isto meios aéreos ou fluviais em apoio.

Verifica-se acima que as tarefas atribuídas ao CFN são inúmeras. Para cumpri-las é preciso dispor de equipamentos que atendam melhores as características apresentadas pelo terreno e também necessita-se de pessoal adestrado, adaptado ao meio e que saiba operar na região. Missão que o CFN vem desempenhando ao longo dos anos. A próxima figura apresenta o deslocamento de tropa por meios navais e aeronavais num movimento que irá culminar com o desembarque em terra.

¹³ Em algumas circunstâncias, quando houver necessidade de permanência da ForTaRib em determinado local, poderá ser estabelecida uma base temporária, terrestre ou flutuante, pelo ComForTaRib ou por comandante de componente da sua organização por tarefas, na AOp, de onde são desencadeadas, controladas e apoiadas, tática ou logisticamente, as ações contra o inimigo. Normalmente concentram-se nela os elementos de comando e controle, de apoio logístico (ApLog) e, quando apropriado, de apoio ao combate (ApCmb), de apoio de serviços ao combate e de apoio aéreo. (ComOpNav-543, 2005).



Figura 2: Desembarque Ribeirinho, realizado na área do Comando do 9º Distrito Naval com apoio de Fogo Aéreo de aeronaves UH-12. Fonte: âncoras e fuzis, 2012.

Conforme o exposto, dadas as características das tarefas e da região, constata-se a necessidade de se manter tropa na região amazônica capaz de utilizar equipamentos próprios que sejam adaptados ao meio e que tragam mobilidade e segurança. Meios com a capacidade de navegar e transportar tropas pelo interior dos canais, que aptos a patrulhar e ser lançados na vanguarda capazes de chegar onde os navios de maior porte não conseguem transpor. O CFN detém todos os atributos necessários para a realização destas tarefas, no entanto depende de políticas direcionadas, principalmente, na aquisição de materiais e equipamentos para que sua atuação seja realmente eficaz. Atualmente, o CFN tem adquirido meios adequados para realização destas tarefas mas é necessária aceleração na aquisição destes equipamentos afim de se antecipar e trabalhar em medidas preventivas e não corretivas para solucionar problemas relacionados à segurança da região.



Figura 3: Ações dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais na Região de Santarém, PA.
Fonte: Âncoras e fuzis, 2012.

Acima pode-se observar mais ações realizadas pelo conjugado anfíbio formado por meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, que integram o trinômio Navio - Fuzileiro Naval – Helicóptero, essencial para a realização das OpRib contribuindo assim com maior eficácia na estratégia de projeção de poder e de dissuasão no ambiente amazônico.

5.1.2 Características

As mesmas características que as tropas de Fuzileiros Navais conferem ao Poder Naval para a defesa da Amazônia Azul¹⁴ são as que as habilitam a atuar em outros ambientes. A prontidão e a capacidade anfíbia e expedicionária possibilitarão sua atuação nas vias fluviais, garantindo a segurança das margens durante as operações ribeirinhas, tanto no ambiente amazônico quanto no pantanal. Embora esteja

¹⁴ Termo utilizado pela Marinha do Brasil para se referir à uma extensa área oceânica, com cerca de 5,7 milhões de km², o que equivale a, aproximadamente, metade da nossa massa continental. No mar estão as reservas do pré-sal e dele retiramos cerca de 85% do petróleo, 75% do gás natural e 45% do pescado produzido no País. Por nossas rotas marítimas, escoamos mais de 95% do comércio exterior brasileiro. Nessa área existem recursos naturais e uma rica biodiversidade ainda inexplorados.

em constante evolução, o CFN é hoje uma força estratégica com capacidade anfíbia e expedicionária. É exatamente isso o que o Almirante Monteiro¹⁵ descreve abaixo em o Anfíbio¹⁶.

Força estratégica: o CFN de hoje já possui inegável valor estratégico, mercê de capacidades e características desenvolvidas ao longo de sua história. Uma força estratégica deve possuir estruturas flexíveis e versáteis, ser dotada de grande mobilidade estratégica e ter capacidade de pronta resposta em situações nas quais a rapidez e a oportunidade constituam fatores preponderantes para seu emprego, dentro ou fora do território nacional. Compete aos Fuzileiros Navais de hoje e de sempre cuidar para que os aspectos os quais nos distinguem como força estratégica se consolidem e se acentuem. A análise de cenários prospectivos indica ser cada vez mais fundamental a existência de forças de pronto emprego, com permanente prontidão operacional e capacidade de projeção de poder nas áreas de interesse estratégico do País, para atender a uma extensa gama de demandas operacionais. A versatilidade e a flexibilidade conferida pelo conceito de emprego por meio de Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais¹⁷ (GptOpFuzNav), capazes de rapidamente se adaptar a diferentes perfis de missão, atuando em todo o espectro da violência em combate, seja em ações humanitárias, no combate às “novas ameaças”, seja no combate convencional, serão fatores preponderantes para uma melhor opção de emprego de força estratégica da nação. Os GptOpFuzNav ampliarão sua capacidade de executar operações ribeirinhas, com foco na segurança e no controle das margens dos rios. O CFN terá envergadura compatível com a estatura político-estratégica do País e estará sempre apto a respaldar a política externa brasileira e atender aos interesses da Marinha do Brasil.

¹⁵ Almirante de Esquadra Ex-Comandante Geral do CFN é, atualmente, Presidente do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha (CEPE-MB).
<https://www.marinha.mil.br/simposioamazoniaazul2018/2018/palestrantes/alvaro-monteiro>

¹⁶ Publicação que destina-se a divulgar a doutrina anfíbia e o moderno emprego de Forças de Fuzileiros Navais, difundir a história e tradições do Corpo de Fuzileiros Navais, e constituir-se em foro para debate de ideias que estimulem o aperfeiçoamento técnico-profissional.

¹⁷ É, genericamente, uma organização para o combate nucleada por tropa de fuzileiros navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, que grupa os elementos constitutivos de acordo com a natureza de suas atividades (CGCFN 0-1, 2013)

Força Anfíbia¹⁸: a eficácia do Poder Naval brasileiro estará relacionada à sua capacidade de integrar os seus componentes clássicos: o **naval**, o **aeronaval** e o **anfíbio**, para atuar em diversificadas operações, em cenários estratégicos de interesse. Os caracteres naval e anfíbio dos GptOpFuzNav serão cada vez mais o diferencial do CFN no contexto das Forças Armadas brasileiras. Com o moderno entendimento de que operações anfíbias são todas e quaisquer operações nas quais forças, vindas do mar, se lançam sobre terra, para atender a alguma demanda operacional, que tanto pode ser de combate como de não guerra, ampliam-se as opções para o Poder Naval projetar sua influência nas áreas de interesse. Os marinheiros soldados serão o vetor anfíbio e expedicionário da Marinha, pronto e forte, tanto para futuros embates em espaços de batalhas próximos aos litorais, contra ameaças convencionais ou assimétricas, quanto para apoiar ações no campo diplomático. Para tanto, os GptOpFuzNav serão modernos e flexíveis e estarão permanentemente prontos para atuar no mar, a partir do mar ou em águas interiores, de forma singular ou conjunta, dentro de prazos de reação exíguos. Para serem os primeiros a atuar, esses grupamentos serão balanceados entre ser forte o bastante para vencer batalhas e leve o suficiente para facilitar seu rápido deslocamento estratégico.

Força expedicionária¹⁹: a natureza da capacidade expedicionária que permeia as forças de Fuzileiros Navais guarda intrínseca relação com nossa vocação anfíbia de projeção de poder. Definem os requisitos que devem possuir forças expedicionárias: mobilidade estratégica, flexibilidade, versatilidade, capacidade de assalto e retirada planejada, permanência, prontidão e austeridade. No CFN, o desenvolvimento desses requisitos foi decorrência direta dos esforços de nossos antecessores em forjar uma força anfíbia, cuja doutrina, adestramento e meios foram concebidos para o embarque nos meios navais e o posterior desembarque para o cumprimento de missões em terra. Tal imperativo naval fez dos fuzileiros navais leves e ágeis, características basilares tanto para a capacidade anfíbia como para a expedicionária. Prontos para rapidamente embarcar em navios da MB, e serem estrategicamente por ela deslocados para cenários de interesse deverá continuar a pautar sua preparação para o combate. (O ANFIBIO, 2010, p. 34).

¹⁸ Termo que se refere as tropas oriundas ou que tem suas atividades relacionadas ao mar. Compreende também atividades relacionadas aos rios e águas interiores bastante presentes no ambiente amazônico e pantaneiro.

¹⁹ O termo refere-se a uma tropa empregada para atuar em um ambiente desconhecido, ou seja, é uma força que resolve ocupar, antecipadamente provável teatro de operações muito antes do previsto. (PIMENTEL, 2012, p. 09).

Por meio destas características tão marcantes e que distinguem bem a atuação do CFN pode-se observar-se que o mesmo continua, no decorrer de sua trajetória, a tornar-se cada vez mais uma força estratégica por excelência, de caráter expedicionário e apta para cumprir qualquer missão em todos os ambientes, principalmente, na região amazônica. As peculiaridades dessa área não permitem o uso de qualquer tropa, mas àquelas preparadas, com meios adequados e que sigam doutrina específica prontas para atuar seja qual for o tamanho do desafio ou o grau de ameaça. Negligenciar estes conceitos poderá criar situações inesperadas e implicar perdas incalculáveis e irreversíveis.

5.1.3 Capacidades

O CFN detém certas capacidades que lhe habilitam a ser utilizado na região amazônica como tropa especializada a qual corrobora para que determinados efeitos possam ser garantidos. Segundo Rossini, comandante do 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas (BtlOpRib) durante o ano de 2014, a capacidade de mobilidade dos fuzileiros navais é assegurada pela utilização de embarcações de alta velocidade e silenciosas. Este requisito é ampliado quando se emprega o Pelotão Operações Especiais (PelOpEsp), o qual está voltado para as atividades de reconhecimento. Esta capacidade também é assegurada pelo emprego do Grupo de Pioneiros (GpPion), composto por militares com formação em Engenharia de Combate, possibilitando às tropas desta unidade a abertura de trilhas em áreas minadas com isso podem agravar ou construir obstáculos, dificultando a mobilidade das forças oponentes. A capacidade de inteligência desta unidade é ampliada pelo emprego do PelOpEsp, que poderá ratificar ou retificar dados referentes ao terreno ou ao oponente. Nesse contexto, enfatiza-se o uso de equipamentos de visão noturna e de técnicas apuradas para camuflagem. Para comandar e controlar suas peças de manobra, os BtlOpRib possuem equipamentos rádios HF e VHF nos níveis unidade e subunidade, bem como

equipamentos de comunicações até nível Grupo de Combate (GC)²⁰, tendo em vista a descentralização das ações, que é peculiar no cenário amazônico. Essas capacidades contribuem para o aumento do Poder Naval e elevam assim a capacidade de dissuasão e de projeção de poder que são fundamentais nessa região. A quantidade monumental de água existente juntamente com a inexistência de estradas apontam para uma tropa que tenha condições de se manter baseada em navios, que esteja adaptada ao clima e ao terreno, que possa ser utilizada em qualquer tipo de missão, e que detenha o controle das vias navegáveis e de suas margens além das áreas ribeirinhas que se estendem por milhares de quilômetros. Não é somente o volume de tropas e seus equipamentos que garantem a dissuasão, segundo Vidigal, a dissuasão também é garantida quando o mundo vê o profissionalismo de uma tropa, por meio de militares motivados e bem preparados que operam em sincronismo com as demais forças. Por isso, visualiza-se que o Brasil não pode prescindir de uma força adequada e com capacidade de projeção para dissuadir e se necessário, atuar, na região amazônica e/ou até mesmo em qualquer parte do mundo.

Abaixo pode-se observar o adestramento denominado Ribeirex,²¹ executado pelo 2º BtlOpRib na região de Parintins, cidade situada na região do Alto Amazonas, que reflete muito bem o ambiente amazônico.

²⁰ Grupo de combate (GC) é a fração de tropa do Pelotão de FN composta por um Sargento FN comandante do grupo e por três Esquadras de Tiro que são compostas por quatro Militares. (CGCFN-3101.1, 2011, p. 12)

²¹ A Ribeirex é um exercício anual que possui uma temática de Controle de Área Ribeirinha. A cada ano, são ativadas as chamadas Áreas de Operações (AOp), locais pré-determinados em um sistema de revezamento, ora na Amazônia Oriental, ora na Amazônia Ocidental. <https://www.marinha.mil.br/com4dn/ribeirex-2018>



Figura 4: Militares do 2ºBtlOpRib durante o ensaio para o desembarque tático. Fonte: <http://www.marinha.mil.br>

5.1.4 Reestruturação

Em consonância com a END o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) define as atribuições das FFAA. Assim, especificamente na Região Amazônica, a Marinha procura “cooperar com os órgãos federais na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, das águas interiores e das áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução” (BRASIL, 2012a, p. 82), priorizando o controle das águas marítimas na área da foz do Rio Amazonas e reposicionando seu efetivo para a região da foz do Amazonas, nas fronteiras e nas grandes bacias fluviais do Amazonas. Para que o CFN consiga maior expressão tanto na estratégia de dissuasão quanto na projeção de poder o mesmo precisa deve estar incluído no projeto de reestruturação das FFAA. A organização e orientação das FFAA, um dos eixos estabelecidos na END, e com o propósito de apresentar um novo formato para cada força, relativo à distribuição espacial de suas unidades militares e da quantificação dos meios necessários para atender com capacidade plena o cumprimento de suas tarefas básicas e subsidiárias, foram elaborados planos específicos para comporem o Plano de Articulação e Equipamento

da Defesa (PAED) do Ministério da Defesa. No caso da Marinha do Brasil (MB), o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha (PAEMB) foi o documento proposto para apresentar a nova formatação do Poder Naval. Esse plano é um projeto ambicioso de reestruturação da Força até 2030. Adiante há trechos selecionados da END, com diretrizes voltadas especialmente para a defesa da região amazônica e direcionadas, quase exclusivamente, para a MB e, em especial, para o CFN, demonstrando a grande responsabilidade que lhe foi confiada.

(...) duas áreas do litoral continuarão a merecer atenção especial, do ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil: a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas.

A Marinha iniciará os estudos e preparativos para estabelecer, em lugar próprio, o mais próximo possível da foz do rio Amazonas, uma base naval de uso múltiplo, comparável, na abrangência e na densidade de seus meios, à Base Naval do Rio de Janeiro.

(...) a Marinha deverá estar mais presente na região da foz do Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná.

(...) a Marinha adensará sua presença nas vias navegáveis das duas grandes bacias fluviais, a do Amazonas e a do Paraguai-Paraná, empregando tanto navios-patrolha como navios-transporte, ambos guarnecidos por helicópteros, adaptados ao regime das águas.

(...) Para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha possuirá, ainda, meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego.

(...) Nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as operações ribeirinhas. O Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência.

Não há como pensar em defesa da Amazônia sem a presença efetiva de tropas patrulhando seu interior. As FFAA realizam um importante trabalho nas fronteiras da Amazônia Legal por meio do Projeto Calha Norte²². A Força Aérea, por meio de seus

²² É um programa de desenvolvimento em defesa da Região Norte do Brasil idealizado em 1985 durante o governo Sarney, que prevê a ocupação militar de uma faixa do território nacional situada ao Norte da Calha do Rio Solimões e do Rio Amazonas com 160 quilômetros de largura ao longo de 6,5 mil

caças patrulham os céus da Amazônia. O EB está presente nas fronteiras e em regiões remotas por meio dos Pelotões Especiais de Fronteira. A MB patrulha o interior dos rios com seus navios de patrulha fluvial tendo por muitas vezes a tropa de Fuzileiros Navais embarcada para dar segurança e desembarcar nas áreas necessárias. No entanto, para se ter o efetivo controle da região é necessário aumento da presença, porque para se obter o controle efetivo da região não é somente ações na fronteira mas também é preciso que se detenha o controle das águas interiores. Esse controle terá mais eficácia a partir de quem operar nessa região disponha de meios e equipamentos adequados para a operação.

quilômetros de fronteiras com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela e Colômbia. Essa faixa abriga quase 20 milhões de pessoas e ocupa 3.123.986, km² uma área correspondente a 44,8% do território nacional. Atualmente, é subordinado ao Ministério da Defesa do Brasil, sendo implementado pelas Forças Armadas. (DEFESA, 2019).

5.2 Capítulo II - REGIÃO AMAZÔNICA

5.2.1 - Características do Ambiente Ribeirinho

Conforme o manual de operações navais os ambientes ribeirinhos apresentam características muito particulares. As bacias do rio Amazonas e do rio Paraguai, além dos rios principais, possuem afluentes de porte, canais, paranás, furos, riachos e áreas alagadas, concedendo inúmeras vias de navegação. As correntes fluviais, as possibilidades de interferência de marés e dos regimes de cheias, a natureza e a configuração das margens, bem como a existência de obstáculos naturais submersos ou flutuantes são fatores que podem restringir a mobilidade das forças navais nas vias aquáticas. Surge ainda como forte limitação a existência de áreas densamente cobertas por vegetação, que impedem a visibilidade para o interior e trazem a possibilidade de ocultação de ameaças ao longo das próprias margens. A mobilidade terrestre é dificultada, ou mesmo impedida, não só pela presença de numerosos cursos d'água e de grandes extensões de terreno alagado, mas também pela ausência de vias terrestres de comunicação e pela existência de vegetação densa, o que impõe dificuldades à movimentação de tropa, ao transporte de equipamentos e de suprimentos e ao estabelecimento das comunicações. O uso de viaturas sobre rodas ou sobre lagartas e até mesmo o de viaturas anfíbias está sujeito a severas limitações. Por outro lado, as condições meteorológicas sofrem variações bruscas e possuem particularidades que afetam, em maior ou menor grau, o desempenho do pessoal e material. No ambiente ribeirinho a umidade acelera a degradação do material, causando frequentes avarias em equipamentos, principalmente nos eletrônicos e a presença de sólidos em suspensão leva a danos nos equipamentos de propulsão das embarcações miúdas. Os efeitos da temperatura e umidade impõem a necessidade de revezamento da tropa, para permitir a secagem dos equipamentos e o descanso do pessoal. Nesse ambiente, o emprego conjugado de navios e suas embarcações, de tropas de fuzileiros navais e de aeronaves - que concedem amplitude de esclarecimento e acentuada mobilidade - se torna mandatário, sendo que as limitações impostas às ações pelo próprio ambiente fazem com que o comando e o controle sejam descentralizados. (ComOpNav-543, 2005).



Figura 5: Rios da Amazônia. Fonte: Amazônia.org.br



Figura 6: Rios da Amazônia. Fonte: Exército brasileiro

As imagens acima demonstram um pouco da realidade do ambiente amazônico, local de difícil acesso que torna as operações complicadas e que requer tropas adestradas e adaptadas para operar nessa região. O volume dos rios somados as grandes distâncias elevam ainda mais as dificuldades de operação e ainda por ser um ambiente que não apresenta grandes altitudes as comunicações ficam deveras prejudicadas além de que em uma operação real o apoio logístico levaria dias para

básica do Heartland²³ em sua obra “O pivô geográfico da história” na qual fazia referência a uma área localizada na parte continental da Eurásia que permite articular todas as rivalidades e estratégias do mundo. Ele afirmava que o “Heartland”, ou coração do mundo, era ocupado pela Rússia. Numa explicação rápida seria que quem domina-se essa área poderia se contrapor a uma potência naval. Martha Becker aplicou esse conceito ao espaço sul americano ocupado pela Floresta Amazônica. Segundo ela, a fronteira é percebida de forma diferenciada pelos atores sociais. Para a nação, ela é símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção potencialmente alternativo, para o futuro. Para as empresas e grupos econômicos, ela tem valor como espaço, mas como mercadoria e como reserva mundial de recursos. A potencialidade econômica e política da fronteira tornam-na uma região estratégica para o Estado, que se empenha em prol de sua rápida estruturação e controle. A Amazônia Legal²⁴, faz fronteira com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e a Bolívia. A globalização e a Amazônia como fronteira do capital natural são temas que cada vez mais tomam vulto. Becker pontua que existem três grandes espaços naturais no mundo contemporâneo: a Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil. Esse contexto geopolítico, principalmente na década de 1980 e 1990, gerou sugestões mundiais pela soberania compartilhada e o poder de gerenciar a Amazônia, que abalou até o Direito Internacional. Hoje, contudo, são crescentes os interesses ligados à valorização do capital natural, que tende a se sobrepor à lógica cultural. (VIDIGAL, 2018, p. 332).

A região amazônica continua a ser uma área deveras cobiçada tanto que, atualmente, no decorrer do ano de 2019, por meio de uma crise gerada pelas

²³ Foi definido originalmente como um vasto território, com amplo potencial para a agricultura, pecuária, extrativismo ou assentamento de grupos humanos. Rica em recursos naturais de toda sorte, além de terras férteis ou potencialmente agricultáveis, vastas reservas de recurso hídricos, planícies, estepes e florestas, a zona “pivô” da Eurásia incluía, em suas definições originais, a idéia de rios caudalosos, enormes jazidas de recursos minerais metálicos e não metálicos, do ferro e manganês ao fósforo e potássio, mas também muito relevante, enormes reservas de recursos energéticos como carvão mineral e petróleo, este último principalmente na região do Mar Cáspio. (MELLO, 1999)

²⁴ É o nome atribuído pelo governo brasileiro a uma determinada área da Floresta Amazônica, pertencente ao Brasil, e que abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. (DEFESA, 2019)

queimadas, a suspensão pelo Governo Federal de diversas ONGs que operavam na região, diversas correções de procedimentos e um endurecimento ao combate de ilícitos, a demarcação irregular e de terras além da revisão do Fundo Amazônia²⁵ levou a diversas críticas internacionais. Tanto que, Emanuel Macron, primeiro ministro francês, declarou publicamente que a Amazônia é de todos e defende sua internacionalização, tema abordado no próximo capítulo. Por despertar tanto interesse o Brasil precisa continuar a manter tropas ativas e preparadas. Nos últimos anos, as Forças Armadas vêm ampliando seus efetivos militares na região, mantendo cerca de 30.000 homens e mulheres, sendo 3.000 da Marinha, 22.000 do Exército e 5.000 da Força Aérea. Apenas para comparação, na década de oitenta existiam apenas 8.000 militares na Amazônia. Vê-se que há uma preocupação quanto determinada área pela sua potencialidade e também pelos riscos que representa.

²⁵ Tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia legal. Também, apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países. (www.fundoamazonia.gov.br)

*"Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil"
(Diretriz nº 10, sob o título "Priorizar a região amazônica", da Estratégia Nacional de Defesa)*



Figura 8: O Navio-Patrolha Amapá em atividade nos rios da Amazônia
Fonte: MARINHA DO BRASIL

Essa figura mostra, mesmo que de forma pequena, a grandiosidade do trabalho que é desenvolvido pela Marinha na Amazônia. É importante ressaltar que em todo navio há a presença de Fuzileiros Navais que proporcionam segurança a todo e qualquer navio da MB que se desloca por estas águas.

5.2.3 Programa Calha Norte (PCN)

O PCN, enquanto programa de desenvolvimento econômico-social e sustentável da fronteira política, guarda similaridades com outras iniciativas, o que confirma a existência de um padrão de apropriação do território, servindo-se, para tanto, da organização de meios burocráticos e financeiros, ainda que escassos, para resolver pendências históricas em relação às políticas públicas, insuficientes e incompatíveis com as singularidades sociais e culturais existentes na Amazônia. Sobretudo, o PCN é a tentativa de reviver no presente a tradição do poder central de controlar a Amazônia, especialmente a Faixa de Fronteira Norte por meio da estratégia do desenvolvimento regional. No período de redemocratização, o principal projeto para a defesa das fronteiras foi o PCN. Oficialmente denominado de Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas, o programa visava à integração entre órgãos civis e militares para a proteção de fronteiras e da Região Amazônica.

O PCN surge no contexto político em que o Brasil avançava no processo de distensão das relações com a Argentina e iniciava a sua redemocratização, deslocando sua preocupação estratégica do Sul para a Amazônia²⁶. A passagem a seguir pontuada por DINIZ, aponta a possibilidade de conflitos de países que fazem fronteira.

A conhecida possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos aliada à presente conjuntura no Caribe pode tornar possível a projeção do antagonismo. Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul. (...) À vista dessas preocupações e, ainda, da diretriz de Vossa Excelência que determina a busca de soluções para se eliminar desigualdades regionais, encomendei à Secretaria Geral do CSN um levantamento de dados sobre a situação atual dessa área, com vistas ao fortalecimento das expressões do Poder Nacional na região (Diniz, 1994, p. 5).

No que se refere à faixa de fronteira, o PCN considerou a região escassamente povoada ou ocupada por povos indígenas. As quatro áreas consideradas prioritárias

²⁶ Há várias interpretações sobre o programa. A primeira era a crescente importância da Amazônia sob a influência da emergente agenda internacional de meio ambiente e de fortes críticas ao governo brasileiro sobre a gestão de seus recursos naturais. A segunda referia-se à tentativa do CSN de manter sua influência sobre as políticas de segurança e defesa do país na transição para o novo regime democrático (Miyamoto, 2009).

pelo grupo do CSN foram aquelas marcadas pela presença dos índios lanomâmis, da Cabeça do Cachorro, da região do Essequibo e da fronteira com a Colômbia e na região de Tabatinga. No âmbito das relações internacionais, a demanda era intensificar as interações com os vizinhos, principalmente para facilitar o comércio bilateral, a cooperação técnica e a construção de infraestrutura regional, envolvendo as FFAA e os ministérios das Relações Exteriores, do Interior e da Justiça.

Concernente à distribuição de organizações militares, viu-se a necessidade de o Exército estabelecer pelotões de fronteiras (PEF) em pontos críticos e melhorar os já existentes; e também da Força Aérea Brasileira construir e melhorar os aeródromos de apoio; e da Marinha intensificar suas patrulhas fluviais. Ainda que fosse apresentado como um programa de cunho civil-militar e com uma abordagem mais abrangente na proteção da Região Amazônica e das fronteiras, inicialmente, o PCN apenas ofereceu resultados para demandas de cunho militar. A distribuição orçamentária entre 1985 e 1991 apontou que se tratava de um projeto de ocupação geopolítica de áreas consideradas importantes para defesa e revisão da política indigenista.



Figura 9: Área de alcance do Programa Calha Norte (PCN). Fonte: Fronteiras do Brasil Vol 1.

Atualmente, o PCN já abrange 379 municípios em oito estados da Federação – Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Pará, Rondônia e Roraima –, dos quais 167 estão ao longo de 13.938 km da faixa de fronteira. Segundo o MD, trata-se de uma atuação de 3,1 milhões de km², que corresponde a 44,8% do território nacional, onde habitam cerca de 20 milh. es de pessoas, entre as quais se inclui 50% da população indígena do Brasil. É, portanto, um eixo importante tanto da política de defesa quanto de desenvolvimento regional da Amazônia brasileira e das fronteiras, uma vez que deixou de atuar apenas acima da Calha Norte do rio Amazonas para gradualmente adentrar zonas abaixo dele.

5.2.4 Preocupação além das fronteiras?

Conforme MIYAMOTO, problemas com países fronteiriços são perfeitamente naturais, sobretudo para Estados como o Brasil que, conforme mencionado, possui 10 vizinhos ao longo de mais de 15 mil quilômetros de extensão. Se anteriormente a Bacia do Prata era a grande preocupação dos estrategistas brasileiros, nas três últimas décadas a Amazônia se converteu no foco das atenções. Deve-se considerar, segundo a visão estratégico-militar, que o país precisa contemplar em suas políticas em nível mais amplo, as inquietações com países não vizinhos, mas possivelmente interessados nos recursos naturais amazônicos. Dentre esses poderiam ser arrolados desde os Estados Unidos até as nações europeias, carregando atrás de si as grandes empresas transnacionais. Alegando problemas ambientais, poderiam defender propostas mais ousadas se não de internacionalização da região amazônica, pelo menos, da adoção do conceito de soberania compartilhada sobre a mesma. Isto implicaria, portanto, na limitação de autonomia dos países membros da Bacia Amazônica, para definir e implementar políticas próprias atendendo aos seus interesses particulares e do subcontinente como um todo. Será a posse da Amazônia, com suas riquezas e valor estratégico um novo ator para o equilíbrio de poder? Qual seria o real interesse da Rússia e China quanto a aproximação com a Venezuela? Seria somente a questão energética, relativa ao petróleo, ou seria um possível acesso a uma das regiões mais ricas do planeta? Sabemos que, não é de hoje o interesse de países, principalmente

europeus, que tentam exercer sua influência nessa região conforme descrito pelo Alte Monteiro na revista o Anfíbio.

Diante de todos os problemas apresentados acima correlatos a região amazônica é inegável a importância estratégica do Brasil possuir uma 2ª Esquadra e uma 2ª Divisão Anfíbia mobiliada com tropas de Fuzileiros Navais na Foz do Rio Amazonas. Estas novas instalações e tropas trariam ganho substancial para o controle da região. Conflitos, principalmente, na Venezuela e na Colômbia poderão trazer instabilidade para a região, logo devemos estar preparados de forma a dissuadir qualquer ameaça quanto à Soberania brasileira.



Figura10. Tipologia das interações fronteiriças: Arco Norte

Fonte: Fronteiras do Brasil.

Como pode-se observar na figura acima a fronteira norte é imensa englobando oito países que tem problemas sérios de segurança, principalmente, por conter

guerrilheiros que conhecem a região como é o caso da Colômbia. Logo o Brasil deve estar atento para que possa agir rapidamente em meio a crises nessa região dominada pela floresta Amazônia e pela maior bacia hidrográfica do mundo.

5.3 CAPÍTULO III - “NOVAS AMEAÇAS”²⁷ e a INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Falar da Amazônia é se referir a uma das regiões mais estratégicas e cobiçadas do mundo. As riquezas minerais, a biodiversidade da flora e fauna, a quantidade imensa de água doce, a imensidão da área e por estender-se por muitos países leva a termos muitas ameaças. Segundo preconiza a PND para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e a ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais. A presença de ONGs, missionários e de capital estrangeiro na região nos levam a tomar medidas rápidas para que possamos manter a soberania sobre tal área que a muito é de interesse de países de fora do continente, principalmente, europeus. Segundo Rodrigues, o Tenente americano *Matthew Fontaine Maury* esteve na região Amazônia no sec. 19 e, ao regressar de sua expedição amazônica, no ano de 1849, passou a defender a tese de que, em termos geopolíticos, a Amazônia era uma área de projeção natural do sul dos Estados Unidos, e caberia aos norte-americanos a missão de povoar, civilizar e desenvolver a região. (RODRIGUES, 2012, p. 05). Já é uma realidade a presença de rotas do narcotráfico, biopirataria, grupos guerrilheiros e paramilitares na região. Por meio disso, nos perguntamos como o CFN está para se contrapor a essa situação? A resposta não é simples, há um longo caminho a percorrer, porém as aquisições de novos equipamentos como a Lancha Aruanã²⁸, o aumento de efetivo nos BtlOpRib

²⁷ São normalmente caracterizadas pelo terrorismo, narcotráfico, contrabando, descaminho, pirataria, pesca ilegal, poluição marítima, grupos guerrilheiros e paramilitares (MACHADO, 2014).

²⁸ A embarcação Aruanã fabricada pela empresa GESPI é uma plataforma multipropósito leve e rápida, podendo ser configurada e customizada conforme a necessidade de sua aplicação (resgate, patrulha, interceptação etc). Todo o projeto visa atender as peculiaridades do uso militar de lanchas

situados na região e diversos adestramentos que ocorrem durante todo o ano provam a existência de uma tropa pronta para ser utilizada como a ponta da lança de qualquer ofensiva desencadeada na região.

Podemos classificar os projetos de internacionalização da Amazônia como “novas ameaças”? Para Martha Becker há dois projetos de internacionalização da Amazônia um deles diz respeito a Integração Sul americana. A Integração Sul Americana é uma nova forma de pensar e agir na Amazônia. Esse dado é importante por múltiplas razões. Primeiro, porque a união dos países amazônicos pode fortalecer o Mercosul. Em segundo lugar, para ter uma presença coletiva e uma estratégia comum no cenário internacional. Essa união levaria a uma maior expressão e fortalecimento da voz da América do Sul. Em terceiro lugar, porque é fundamental para estabelecer projetos conjuntos quanto ao aproveitamento da biodiversidade e da água, inclusive nas áreas que já possuem equipamento territorial e intercâmbio, como é o caso das cidades gêmeas localizadas em pontos das fronteiras políticas. Além disso, esse dado é importante porque pode ajudar a conter as atividades ilícitas como narcotráfico, contrabando, lavagem de dinheiro etc, e uma possível “ajuda” militar no território brasileiro. Há uma crescente presença militar na fachada do Pacífico e na América Central, através do que se denomina de “localidades de operação avançada”, cuja maior expressão é o Plano Colômbia. O Brasil virou uma ilha cercada de “localidades de operação avançada” por todos os lados, com instalações norte-americanas apoiadas pela União Europeia, com exceção das fronteiras com a Venezuela e a Argentina. O Brasil tenta impedir esse cerco com várias respostas, como com a criação do Ministério do Meio Ambiente e o projeto Sipam²⁹ (Sistema de Informação para Proteção da Amazônia) e ainda tem conseguido apoio financeiramente para o aparelhamento da Polícia Federal. As FFAA também vem ocupando faixas de fronteiras para aumentar a presença na região e combater esses delitos com maior eficiência.

rápidas nos rios da Amazônia. <http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/24274/TOA-Lancha-militar-Aruana-fabricada-pela-GESPI/>

²⁹ O Sipam foi criado em fevereiro de 2002, pelo Decreto nº 4.607, com os objetivos de “integrar informações e gerar conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal brasileira, visando a proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da região”. <https://www.defesa.gov.br/busca?searchword=SIPAM>

Quando se fala em internacionalização da Amazônia não nos referimos apenas ao uso do leito dos rios que cortam a região, mas são muitas outras razões que levam potências estrangeiras à cobiça de tal área. Por exemplo, a região apresenta um gigantesco potencial energético, água potável, riquezas minerais e biodiversidade. Por meio dessas razões fica fácil apontar os possíveis pretextos para a sua internacionalização. Segundo Vidigal, o quadro político-estratégico atual aumenta as possibilidades de intervenção, não necessariamente armada, mas mais facilmente, através de pressões políticas, econômicas ou de outra ordem. Recentemente, acompanhamos com cautela a intenção do Primeiro Ministro francês em defender a internacionalização da Amazônia aproveitando-se das queimadas que ocorrem na região. Tema inclusive levado reunião do G7, grupo que reúne os sete países mais ricos do mundo e na 74ª Assembleia Geral da ONU.



Figura 11: 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas testando a nova lancha rápida de patrulha no Rio Negro.

Fonte:Marinha.mil.br

Conforme a figura, pode-se constatar que aos poucos o CFN vem se estruturando dia a dia com novos equipamentos e adestramentos com a finalidade de

estar apto a agir em qualquer lugar do ambiente amazônico para mitigar crises e repelir quaisquer que sejam as ameaças demonstrando assim suas capacidades de mobilidade e flexibilidade de operação.

5.4 CAPÍTULO IV - PLANO COLOMBIA, *INFANTERÍA DE MARINA DEL COLOMBIA*

O CFN apresenta características e capacidades necessárias com o que é exigido para se operar na região amazônica, todavia precisa sim de aumento de meios e efetivo prontos para atuar. Veremos adiante o desenvolvimento de uma força que opera, com bastante eficiência, na Amazônia e que tem tido um papel importante de controle e de repressão ao narcotráfico. Não é de hoje que acompanhamos a política dos Estados Unidos em relação a repressão contra as drogas. Desde o início deste século há uma intensificação de medidas que levaram o país a expandir para outros países essa repressão. A Colômbia que vinha sofrendo com aumento excessivo das drogas e atuação de grupos paramilitares e com ações de guerrilha, as quais desestabilizavam o governo, viu-se na condição de fechar um acordo com os Estados Unidos com o intuito de combater tais ilícitos. Esta cooperação veio por meio do Plano Colômbia que é um plano de reconfiguração humana e material das Forças Armadas colombianas, visando solucionar o conflito civil entre forças internas, pela via militar. Segundo Lins, em linhas gerais, vem a ser um plano de reestruturação material e humana das forças armadas colombianas, financiado pelos Estados Unidos da América para na prática ajudar o país a combater as quadrilhas de narcotraficantes. É em sua concepção um plano de repressão às substâncias psicoativas, como vários outros que existiram durante o século XX, e faz parte da atual política externa de combate ao tráfico de drogas dos EUA, política essa que recebe o nome de “Guerra contra as drogas”. Anteriormente, fora abordada a reestruturação da MB e como exemplo de um trabalho desenvolvido nesta área será elencado aqui, o trabalho desenvolvido pela Armada Nacional da Colômbia (ARC) que possui grande experiência operacional, principalmente, em questões internas no combate a narco-guerrilheiros a qual usa navios de patrulha modernos e conta com elevado efetivo militar voltado para essa atividade. Trazendo para dentro de nossas fronteiras, todos sabemos que as drogas são um problema global e o Brasil não escapa disso. Engana-se quem acha que o problema com milícia e traficantes de drogas se concentram apenas nos grandes centros. Sabe-se que nos últimos anos muitas facções criminosas se

interiorizaram pelo país e migraram para a região norte onde praticam todo tipo de delito. Além de problemas internos pode-se se deparar a qualquer momento com invasões externas e isso leva o Estado a dispor de instrumentos que possam ter o controle da região e que consiga mitigar crises que possam abalar os alicerces de nossa soberania. Lima Santos chama à atenção sobre a atuação dos Infantes de Marina que devido à situação política da Colômbia, o Estado conduz, diariamente, algum tipo de operação ribeirinha, como, por exemplo, patrulhamento fluvial ou posto de controle fluvial, os quais são executados por embarcações orgânicas dos batalhões fluviais. Em face dessa demanda, surgiu a necessidade de se ter militares altamente adestrados e embarcações que dispusessem de grande mobilidade e poder de fogo, isto é, com autonomia para serem empregadas isoladamente. Diante dessa realidade, os batalhões colombianos contemplam em sua organização os Elementos de Combate Fluvial (ECF), valor pelotão, para realizarem patrulhamentos ao longo dos rios, por períodos de aproximadamente quatro meses, sem necessidade de ressuprimento ou apoio logístico. Abaixo será demonstrado alguns meios que são operados pela ARC que aumentaram sobremaneira seu controle sobre esta região.

5.4.1 Composição da Força Colombiana



Figura 12 e 13: *Nodriza*, Classe *Londono* PAF III.

Fonte: *Elespectador* (2012).

A Força Ribeirinha colombiana é composta por elementos e meios da ARC e da *Infanteria de Marina*, que está organizada em três Brigadas de *Infanteria de Marina* (BIM), cada uma com pelo menos 7 batalhões de OpRib, com apoio aéreo e naval,

compondo cerca de 90 (ECF), além de outros dois grupos-tarefa independentes. Uma das novidades da força ribeirinha colombiana é o navio fluvial *Nodriza*, Classe *Londoño* PAF III. Esse é um navio construído pela empresa Cotecmar, especificamente para combater o narcotráfico e a guerrilha. Seu deslocamento é de 275 toneladas; possui 1 metro de calado; sua velocidade de cruzeiro é de 25 nós; e sua autonomia é de 20 dias. Tal navio possui convoo para receber 1 helicóptero e foi projetado para servir como base flutuante (navio-mãe), transportar uma companhia de fuzileiros e ser um ponto de reabastecimento para as lanchas do tipo Piranha. Em junho de 2006, foi lançado o primeiro navio da classe que, imediatamente, teve seu batismo de fogo contra a guerrilha das FARC. Em 2009, já haviam sido construídas 7 unidades. A Colômbia tem sua força ribeirinha bem estruturada e adaptada a uma situação particular de crise que persiste por várias décadas, mas podemos observar alguns pontos de semelhança na constituição com a nossa própria força ribeirinha. A Colômbia está cuidando de um problema doméstico, quase exclusivamente dentro de suas fronteiras, semelhante à maneira como prevemos o emprego de nossa força ribeirinha, com meios adaptados ao emprego regional. O que mais os difere, é que o inimigo está bem definido e não se trata de uma situação de defesa, o enfrentamento deve ser assimétrico, sem preocupações normais de combate como defesa antiaérea, guerra eletrônica, artilharia, etc. A força ribeirinha colombiana está voltada para combater contra as margens e por isso a grande preocupação com a blindagem contra armas automáticas. Seu esforço não visa à conquista de objetivos específicos e suas tarefas principais são as de garantir o uso seguro das hidrovias e negá-las à guerrilha. (PIMENTEL, 2012, p. 07).

Voltando os olhos para o Brasil, o CFN tem adquirido ao longo dos anos equipamentos necessários para operar na Amazônia, porém quando comparamos os nossos meios e efetivo com os da Força Ribeirinha colombiana observamos que é necessário um esforço mais decisivo para que a reestruturação prevista no PAEMB possa se concretizar e nos levar a estar preparados e nos anteciparmos e estarmos preparados para agir ante a futuros problemas de instabilidade na região. No que tange a presença americana na região, não há como negar que os Estados Unidos exercem influência e até mesmo certo controle no continente. Algumas tensões com a Colômbia, referentes ao narcotráfico, acabaram por levar a cooperação entre estes países.

Abaixo, meios da Armada da República da Colômbia adaptados para operarem no ambiente amazônico, pertencentes aos Infantes de Marina, que poderiam ser introduzidos na MB e operados pelo CFN:



Figura 14: Canhoneiro Fluvial.
Fonte: âncoras e fuzis, 2012.



Figura 15: Patrulheira Fluvial Pesada.
Fonte: âncoras e fuzis, 2012.



Figura 16: Patrulheira Rápida Fluvial.
Fonte: âncoras e fuzis, 2012.



Figura 17: Transporte Blindado de Tropa.
Fonte: âncoras e fuzis, 2012.

Segundo Lima Santos, nas Operações Ribeirinhas realizadas pelo CFN no ambiente amazônico, pode-se observar que as tarefas de patrulhamento fluvial ficam a cargo dos navios de patrulha fluvial apoiados por Lanchas de Ação Rápida (LAR) orgânicas ao mesmo navio. Porém, a LAR não possui poder de fogo, blindagem e mobilidade suficientes para proporcionar segurança à tropa e, até mesmo, ao navio, o que mostra a necessidade de modernização das LAR, dotando-as de blindagem e armamento orgânico. No deslocamento de uma ForTarRib para a Área de Operações, atualmente, utiliza-se ETT³⁰ para realizar a cobertura avançada e aproximada. Além disso, normalmente, essas embarcações fazem parte do Escalão Avançado (EA).

³⁰ Embarcação de transporte de tropa muito utilizada pelos Batalhões de Operações Ribeirinhas para suas operações nos rios da Amazônia, principalmente, em manobras de projeção de poder sobre terra nos desembarques ribeirinhos. Grifo nosso.

Assim como as LAR³¹, tais embarcações carecem de proteção blindada, mobilidade e poder de fogo. Assim sendo, torna-se desejável que o CFN adquira Lanchas de Combate (LC) semelhantes a essas empregadas pela Colômbia, o que proporcionará à ForTarRib maior capacidade para transporte de tropa, mobilidade, blindagem e apoio de fogo orgânico da embarcação. Dessa forma, verifica-se a importância de dar continuidade à pesquisa e à atualização dos meios fluviais, com ênfase na dotação de blindagem, mobilidade, poder de fogo e transporte de tropa, bem como em uma atualização/aprimoramento da doutrina de Operações Ribeirinhas da Marinha do Brasil, tendo em vista a complexidade e a relevância deste ambiente operacional para o país.

6. CONCLUSÃO

O Corpo de Fuzileiros Navais, desde seu surgimento demonstra, por intermédio de suas capacidades e esforços, plenas condições para atuar em regiões relacionadas ao mar e ao meio lacustre. Entretanto, pode-se observar por meio dos temas desenvolvidos neste trabalho, que o CFN tem um longo desafio, principalmente, quanto a obtenção e a adequação dos meios, além de desenvolver técnicas e táticas que garantam o cumprimento da tarefa atribuída pela END de assegurar o controle das calhas e das margens dos rios em Operações Ribeirinhas. A região amazônica apresenta certas peculiaridades que traz à tona a necessidade do Brasil possuir tropas para afirmar e confirmar a Soberania brasileira nesta região. Como se observa, a Colômbia possui forças ribeirinhas voltadas para empregos bem definidos no combate assimétrico e há décadas, combate guerrilheiros. Tem empregado lanchas e navios de médio porte e, com isso, controla razoavelmente bem os rios nos quais está confinada. Além disso, emprega uma grande massa de combatentes contra um inimigo bem conhecido. No caso brasileiro, não se pode dizer que o País tenha um inimigo tão bem

³¹ Lancha de alta velocidade e calado reduzido, projetada para missões rápidas de patrulha em pontos distantes de até 200 milhas da sua Base. Possui um casco planador, em alumínio naval, otimizado com os requisitos para eficiência hidrodinâmica. É excelente para auxílio às operações militares de abicagem ribeirinhas e costeiras. É também apropriada para emprego, de caráter civil, em apoio às instalações off-shore, em portos, na fiscalização da pesca, no controle e combate à poluição das águas devido a acidentes ambientais, e como ambulância marítima. Tem sistema de propulsão com motor Diesel de torque elevado para aceleração rápida. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/emgepron/pt>

conhecido quanto às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia embora não há como negar que existam. O Brasil tem um território imenso e despovoado, principalmente, na região norte, no entanto conta com uma força fluvial embora parcialmente confinada à região, restrita às calhas principais com a possibilidade de ser completada por meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, que, por sua vez, de forma expedita, poderiam ser empregados em uma possível OpRib fora dessa região. Apesar de muitas limitações, pode-se afirmar que o CFN é o elemento que mais contribui para que a MB de forma contínua possa superar quaisquer adversidades encontradas no cenário amazônico, por meio de sua capacitação técnica, por estar equipado com material no estado da arte e por sua motivação e determinação. Quanto as tentativas de Internacionalização da Amazônia deve-se ficar atento, pois sempre houve cobiça quanto a sua posse por ser uma região praticamente inexplorada e que detém incontáveis riquezas comprovadas. O cenário político-militar mundial aponta imperativamente para a necessidade de forças de reação rápida que disponham de meios atualizados para o emprego em ações que exijam mobilidade, flexibilidade e versatilidade. Dentro desses parâmetros, o papel da Força Anfíbia destaca-se na Força Naval. Assim, certos de suas capacidades e vocação, o CFN continua a contribuir com a estratégia de dissuasão e a de projeção sobre terra mantendo-se firme e resolutos na busca de melhor servir a pátria, sejam quais forem as ameaças, numa das regiões mais inóspitas do território brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELINSKI, A.C. *Os Fuzileiros Navais na História do Brasil*. Rio de Janeiro. Agência 2A Comunicação, 2008.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-1-13: *Manual de Operações Humanitárias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*, Rio de Janeiro, 2008.

COLÔMBIA. *Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade*. Bogotá: Imprensa Nacional, 2011.

DE ARAÚJO, M. BECKER, BERTHA K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Ateliê Geográfico, v. 5 n. 1, p. 269-275, 2011.

MARINHA DO BRASIL. *Cooperação Brasil – Namíbia: Nosso conhecimento em proveito de outros povos*. Revista Âncoras e Fuzis. Corpo de Fuzileiros Navais. n. 40. Ano IX. 2010.

MARINHA DO BRASIL. *Manual de Operações Ribeirinhas do Comando de Operações Navais*. Brasília, DF, 2012.

MARINHA DO BRASIL. *Operações Ribeirinhas: a contribuição do CFN*. Revista Âncoras e Fuzis. Corpo de Fuzileiros Navais. n. 43. Ano XI. 2012.

MARQUES, A. A. *Amazônia: pensamento e presença militar*. 2007. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112007153256/publico/TESE_ADRIANA_APARECIDA_MARQUES.pdf> Acesso em: 10 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2012.

MINISTERIO DE DEFESA NACIONAL. República de Colombia. Libertad y Orden. *Logros de la política de consolidación de la seguridad democrática –PCSD*. Grupo de Información y Estadística. 2009.

MIYAMOTO, SHIGUENOLI. *Diplomacia e Militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico*. Revista Brasileira de Ciência e Política, v.1, n.1, p. 145, 1989.

MONTEIRO, ÁLVARO A. D. *Considerações Doutrinárias – A Próxima Singradura*. O Anfíbio - Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, n.28, ano XXIX, Edição extra, 2010.

SANTOS, M. *Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana*. Rev. Bras. Polít. Int. v.53, n.1. p.67-88, 2010.

SILVA, G.O. FILHO, U.S.O. *O emprego do batalhão de infantaria de selva e do batalhão de operações ribeirinhas em operações ribeirinhas na região amazônica*. 2018. Disponível em: <
http://www.bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3471/1/Artigo_Inf_GUILHERME_Esao.pdf> Acesso em: 15 out. 2019.

SILVEIRA, C. C. *A Presença da Marinha do Brasil na Amazônia*. PAIAGUÁS: Revista de estudos sobre a Amazônia e o Pacífico, v.1, n.1, 2015.

SOUSA, A. M. *O Corpo de Fuzileiros Navais como ferramenta de projeção de poder nas Relações Internacionais do Brasil no século XXI*. Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <
http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7919/6/2014_AlessandroMellodeSousa.pdf> Acesso em: 21 mai. 2019.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira de. “Coletânea”. *Revista Marítima Brasileira*. V. 138, n. 02/18, jun 2018.